

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 6.913, DE 2002.

Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que “dispõe sobre o registro público de empresas mercantis e atividades afins e dá outras providências”, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que “dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências”, passando a exigir firma reconhecida nos atos levados a arquivamento e prova de identidade dos sócios das empresas mercantis e civis.

Emenda Modificativa nº

Dê-se ao art. 6º do projeto em epígrafe a seguinte redação:

“Art. O art. 121 da Lei nº 6.015, de 1973, alterado pela Lei nº 9.042, de 9 de abril de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:”

“Art. 121

Parágrafo único. Os contratos levados a registro serão apresentados com firma reconhecida dos sócios ou, caso utilizado o meio eletrônico, assinados na forma prevista na Medida Provisória nº 2.200/2002, sempre acompanhados das provas de identidade dos membros da sociedade. (NR)”

JUSTIFICATIVA

Não há dúvidas sobre o acerto da proposição em exame. Efetivamente, há de se garantir maior segurança jurídica nos registros de empresas e demais pessoas jurídicas, mediante verificação da autenticidade das assinaturas apostas nos documentos que ingressam nos órgãos de registro.

Parece-nos, todavia, que, em razão do decurso de uma década desde que iniciado o processo legislativo sobre o tema, muitos avanços ocorreram na sociedade, como, por exemplo, o reconhecimento jurídico do documento assinado em meio eletrônico, com uso de chaves públicas ICP-Brasil, com lastro na Medida Provisória nº 2.200/2002.

Parece-nos evidente que, nas hipóteses em que os atos societários ou associativos, originalmente em meio eletrônico e assinados com uso de chaves públicas ICP-Brasil, na forma da Medida Provisória nº 2.200/2002, sob pena de anacronismo, não necessitam ser vertidos em papel ou sujeitar-se a novo reconhecimento de firma, porque a assinatura eletrônica já se encontrará autenticada, ipso facto, pelo uso da forma legal apropriada para esse tipo de documentos, eletrônicos.

Sala das Comissões, em de 2011.

Deputado Mendonça Prado – DEM/SE